

FAMÍLIA COMO REALIZAÇÃO DISCURSIVA: UMA EXPLICAÇÃO RELACIONAL

FAMILY AS A DISCURSIVE ACHIEVEMENT: A RELATIONAL ACCOUNT

Apoio: FAPESP. Processo número: 2011/02365-0

RESUMO: Partindo de um entendimento de família como construção social, este artigo sugere que as pessoas ativamente produzem sentidos sobre família no intercâmbio social. A ideia é que família pode ser concebida como uma realização discursiva: Família é definida em termos do que as pessoas, utilizando-se de diferentes discursos socialmente produzidos disponíveis, descrevem juntas como sendo família. Propomos que diferentes realidades sobre família são criadas por meio de processos de negociação de sentidos no momento interativo. Portanto, há muitas versões diferentes de família e cada uma delas tem implicações diversas para o mundo social. Exemplos dessas implicações para as teorias psicológicas, pesquisa e terapia familiar são apresentados, considerando como podem ser úteis para o campo da psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: família, relações familiares, terapia familiar, teoria psicológica, construcionismo social.

ABSTRACT: Beginning with an understanding of family as a social construction, this article suggests that people actively make meanings about family during social interchanges. The idea is that family can be conceived as a discursive achievement: Family is defined in terms of what people who are drawing on various available socially produced discourses describe together as family. We propose that different realities regarding family are created via social processes of negotiating meaning in the interactive moment. Therefore, there are many different versions of family, and each of them has diverse implications for the social world. Examples of these implications for psychological theories, research, and family therapy are also presented, in considering how they might be useful in the field of psychology.

KEYWORDS: family, family relations, family therapy, psychological theory, social constructionism.

O que é família? Ela já foi chamada de instituição, o primeiro lugar de cuidado e o verdadeiro valor de ser humano. A família já foi descrita de várias maneiras: como sendo a conexão entre indivíduos e sociedade, um lugar confortável para se estar no mundo e uma produtora de psiques únicas. Também já foi dito que as famílias são um lugar de relações de gênero desiguais; um grupo de pessoas do qual espera-se que o indivíduo se diferencie; e uma hierarquia a ser respeitada. Muitas descrições a respeito da definição de família foram oferecidas nos últimos séculos. De fato, ficamos tão acostumados a estas concepções de família em nossas vidas que pode parecer difícil – senão impossível – questionar a existência de uma *essência de família* no mundo. A Psicologia interessou-se especialmente pelo assunto desde os anos de 1950, quando a família, em si mesma, tornou-se um objeto de análise. Curiosamente, apesar de muitas diferentes versões de família terem sido articuladas, as teorias psicológicas tradicionalmente conceberam-na como uma realidade e, portanto, discutiram este conceito como um fato objetificado (veja, por exemplo, Ackerman, 1958).

PEDRO PABLO SAMPAIO MARTINS

Psicólogo. Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Contato:

pedropablomartins@gmail.com

SHEILA MCNAMEE

Docente do Departamento de Comunicação da University of New Hampshire, EUA. Fundadora e vice-presidente do Taos Institute.

Contato:

sheila.mcnamee@unh.edu

CARLA GUANAES-LORENZI

Docente do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

Coordenadora do LAPEPG-USP (Laboratório de Pesquisa e Estudos em Práticas Grupais).

Contato:

carlaguanaes@gmail.com

Recebido em: 02/04/2015

Aprovado em: 03/06/2015

* Este artigo é uma tradução do original, que pode ser visto em: Martins, P. P. S., McNamee, S., & Guanaes-Lorenzi, C. (2014). Family as a discursive achievement: A relational account, *Marriage & Family Review*, 50(7), 621-637. doi: 10.1080/01494929.2014.938290 <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01494929.2014.938290>

Entretanto, em forte contraste com este tipo de tratamento, o campo dos Estudos de Família já reconhece e tem interesse há muito tempo na construção social da família. Há pelo menos quatro décadas, diferentes perspectivas como a interacionista simbólica (Hess & Handel, 1959), a fenomenológica (McLain & Weigert, 1979), a feminista (Lloyd, Few & Allen, 2009) e a teorização pós-moderna (Doherty, 1999) têm sido influentes no campo. Em várias publicações, pesquisadores e teóricos articularam sobre os processos sociais a partir dos quais os indivíduos determinam seus relacionamentos familiares uns com os outros (por exemplo, Carsten, 1999; Gubrium & Holstein, 1990; Stacey, 1990), e diferentes conceitos como o parentesco “fictício” ou escolhido, por exemplo, emergiram para suplantarem o presumido “fato” biológico dos laços familiares (Chatters, Taylor & Jayakody, 1994; Stack, 1974). Na mesma linha, desconfortos a respeito de versões essencialistas de família também começaram a surgir no campo da Psicologia (por exemplo, Anderson & Goolishian, 1988; Silverstein & Auerbach, 1999).

Sabemos que já houve muitos esforços influentes e bem-sucedidos nos dois campos – Estudos de Família e Psicologia – no sentido de superar versões simplistas, naturalizadas e essencialistas do conceito de família. Também notamos que estudos sobre o tema geralmente focaram na discussão sobre o conceito de família e suas implicações para práticas sociais, tais como terapia familiar, políticas de família ou adoção, por exemplo. Nós admiramos tais esforços e muito do nosso argumento aqui segue suas realizações e preocupações com os efeitos pragmáticos de nossas formas acadêmicas de descrever família. Entretanto, nes-

te artigo, queremos responder a uma questão específica: como as pessoas de fato fazem uso de diferentes discursos sociais sobre família *em suas vidas cotidianas*? Parece-nos muito raro que as pessoas explicitamente recorram a conceitos acadêmicos institucionalizados ao engajarem-se com seus pares em conversas do dia a dia. Pelo contrário, no fluxo da vida cotidiana, as pessoas parecem encontrar formas de entender família utilizando um tipo muito diferente de linguagem daquele da academia. Mas, exatamente, como isso acontece? Será que podemos produzir uma explicação teórica para o tipo de processo que ocorre quando as pessoas conversam sobre suas atividades comuns e naturalizadas?

Considerando estas perguntas, o presente artigo tem como objetivo elaborar uma opção discursiva para entender a maneira como a ideia de família se torna possível nas conversas conjuntas das pessoas. Para isto, consideramos as contribuições do movimento construcionista social em psicologia (Gergen, 1997; Shotter, 2008), que desafiou conceitos e práticas tradicionais no campo. As ideias construcionistas convidam profissionais e acadêmicos a focar nos diferentes relacionamentos em que primeiro nos engajamos e a partir dos quais extraímos os sentidos de realidade com os quais vivemos. A construção social está interessada em explorar as maneiras como as pessoas constroem conjuntamente os termos a partir dos quais entendem o mundo. O foco está nas interações, situadas em contextos culturais específicos. Assim, o sentido é negociado em cada momento interativo que, por sua vez, está sempre relacionado a discursos sociais mais amplos disponíveis na cultura. Como observa Gergen (1997), o conhecimento é criado por meio de práticas compartilhadas.

O argumento central desse artigo parte do entendimento de que conhecimento é um produto de negociação. Se diferentes realidades são construídas nas negociações locais das pessoas, então as formas específicas utilizadas para descrever o mundo são resultado desses processos sociais. Palavras e ações ganham sentido via negociação e, assim, tornam-se “sensíveis” dentro de diferentes realidades construídas discursivamente. Como, então, podemos entender o conceito de família no contexto dessas ideias? Começamos mantendo em mente a ideia de que, a partir de uma perspectiva construcionista social, família pode ser descrita como uma realização discursiva – família é definida em termos do que as pessoas, que estão utilizando de variados discursos socialmente produzidos disponíveis, descrevem juntas como família no contexto de suas interações.

Vamos construir os entendimentos teóricos e pragmáticos sobre os quais nosso argumento a respeito da família se sustenta. O filósofo Ludwig Wittgenstein (1953) nota que nossa participação em jogos de linguagem, isto é, nossas formas culturais e naturalizadas de interação, cria formas de vida específicas. Por exemplo, há jogos de linguagem particulares que são considerados apropriados para uma interação de vendas, e outros que são constitutivos de um relacionamento íntimo. Nossas formas de conversar e agir juntos literalmente criam uma “forma de ser” no mundo (ou uma forma de vida). Wittgenstein chama nossa atenção a uma observação de que criamos realidades ao persistentemente conversar e agir de certas maneiras. Poderiam as noções de jogos de linguagem e formas de vida serem úteis ao explorarmos o que constitui uma família? Que tipos de jogos de linguagem criam o que viemos a conhecer como

família? O que aceitamos como a realidade da família atualmente? Mais importante, há *uma* realidade de família?

DISCURSOS DOMINANTES E PRÁTICAS SITUADAS

Uma breve verificação na vida social nos mostra a importância do conceito de família em como organizamos nossas vidas. De acordo com o nosso conceito culturalmente sustentado de família, pensamos na primeira inserção das pessoas no mundo por meio de suas famílias. Utilizamos sobrenomes familiares para conectar indivíduos uns aos outros e essas relações familiares mediam nossas conversas com outras pessoas. Temos regulamentações que dão conta da família como instituição e sustentamos um conceito a respeito da maneira como a herança deve, por direito, fluir para os familiares. Além disso, tratamentos acadêmicos, tais como os entendimentos psicológicos, sociológicos e antropológicos de família, continuam a examinar como a família molda um indivíduo, uma sociedade e uma cultura. Se decidirmos aprofundar nossa busca, inevitavelmente nos daremos conta de que a ideia de família sustenta tantas práticas sociais que a vida seria quase ininteligível sem ela. Em resumo – pegando emprestada a formulação de Hacking (1999) – a ideia de família é atualmente naturalizada.

Assim, começamos a nos perguntar sobre as implicações destas observações. Primeiro, poderíamos ser levados a pensar que, se a família é simplesmente um aspecto natural e óbvio do mundo social, então o que nós fazemos nas famílias tem poucos efeitos sobre essa realidade. Em outras palavras: “A família é o que é; é assim que as coisas são”. Entretanto, exploremos

o que é este entendimento “natural”, ou naturalizado. O discurso dominante sobre família no Ocidente descreve um homem e uma mulher adultos, engajados em um casal heterossexual, vivendo na mesma casa que seus filhos biológicos. Entretanto, considere a reflexão de Gergen e Davis (1997): “Como pode um único modelo de família adequadamente servir a uma sociedade diversa e heterogênea?” (p. 8). Nós acreditamos que, no mundo complexo de hoje, vale a pena desconstruir a ideia de família como uma descrição inquestionada, unificada e historicamente universal. Felizmente, voltando aos nossos comentários sobre os Estudos de Família, vimos que este campo já estabeleceu as bases para o entendimento da família como uma construção social, o que nos permite engajar-nos em investigações sobre diferentes entendimentos de “família”. Acreditamos que vale bastante a pena explorar como famílias e familiares, comunidades e culturas, assim como períodos históricos, constroem o que conta como família.

VARIAÇÃO CULTURAL DE “FAMÍLIA”

Exploremos as contribuições de estudos feministas e antropológicos que nos mostram que os sentidos de “família” variam dramaticamente entre grupos culturais. A partir de uma perspectiva construcionista, devemos considerar este tipo de análise como uma crítica ideológica (Gergen, 1997), porque entendemos que algumas maneiras de descrever família criam formas de vida que servem a certos interesses, como dominação de gênero, de geração, de raça ou de classe.

Retomando mais de duas décadas de pensamento feminista, Thorne (1992) identificou cinco tendências centrais

ao que ela chama de “abordagem crítica à família”. A primeira destas tendências argumenta que ocorreu uma transformação de um entendimento de “família” como uma unidade natural arraigada em processos biológicos para um entendimento no qual família é definida como um produto histórica e ideologicamente situado. A segunda tendência enfatiza as estruturas de gênero, geração, sexualidade, raça e classe que facilitaram a emergência do conceito de família geralmente sustentado na sociedade ocidental. A terceira refere-se a uma rejeição da noção de família como uma unidade autocontida, autônoma e isolada da sociedade; e a quarta tendência redefine as responsabilidades de cuidado em termos de uma crítica às oposições entre família e comunidade e entre grupos públicos e privados. Na última tendência, a diversidade de experiências que as pessoas têm com a família é reconhecida e apreciada. Esta tendência é apresentada em oposição à ideia tradicional de que a família é sempre um lugar seguro e protegido (para ensaios relacionados a todos esses temas, veja Thorne & Yalom, 1992). Assim, de acordo com Thorne (1992), a família está vivendo um período de rápida mudança, no qual a complexidade de suas configurações, a partir de uma perspectiva visionária, pela primeira vez na história, pode ter uma chance de uma ordem de gênero e parentesco verdadeiramente democrática.

Uma antropóloga feminista brasileira, Fonseca (2007), aponta que a família tem um valor importante para muitos indivíduos. Entretanto, somos lembrados que usar “família” como um termo analítico cria certos tipos de risco, na medida em que a ciência é colocada a favor de verdades conservadoras. Nesse sentido, “... a família passa a ser analisada como uma no-

ção política e científica historicamente situada” (p. 26). Assim, podemos ver que as feministas trazem uma postura crítica aos estudos de família e privilegiam seu entendimento através das lentes de processos históricos e sociais.

Estudos em comunidades indígenas apresentados por Carsten (2000) nos ajudam a ampliar esse entendimento. Eles foram conduzidos com o objetivo de comparar culturas de conectividade. A autora explica que escolhe utilizar o conceito de conectividade, ao invés de “parentesco” porque este último carrega uma série de pressuposições. Ao discutir conectividade, ela procura entender os efeitos que “estar conectado” cria para certas pessoas e favorece um entendimento de que este fenômeno pode ser determinado de maneiras culturais bastante específicas, para além da noção de ancestralidade. Por exemplo, dependendo da comunidade em observação, vários componentes de conectividade, tais como sangue, sêmen, leite materno, alimentação conjunta e, até mesmo, o engajamento em atividades cotidianas compartilhadas são determinantes para a criação dos tipos de relacionamentos profundos e duradouros tipicamente associados ao parentesco e à família.

Entretanto, estas diferenças não aparecem apenas no contexto da avaliação entre diferentes sociedades. Consideremos a maneira como a resposta à pergunta “o que é uma família?” tem variado amplamente com o tempo no contexto cultural específico do Brasil. Vaitsman (1995) traça o modelo prevalente da família brasileira de classe média a um processo histórico marcado tanto pela divisão de gênero, quanto por uma separação entre os domínios públicos e privados, que mantiveram as mulheres confinadas à área doméstica da vida familiar por várias décadas. De acordo com sua

explicação, mudanças no contexto social ocorridas durante o período pós-moderno e o avanço das mulheres até o ponto de superarem as divisões claras entre os domínios público e privado desafiaram o modelo patriarcal de família e prepararam o terreno para uma variedade de arranjos familiares. Assim, a heterogeneidade foi legitimada como culturalmente dominante e a família tornou-se plástica e flexível; aspectos familiares anteriormente considerados desviantes podem agora existir ao lado de uma variedade de características.

De acordo com Watarai e Romanelli (2009), podem ser traçadas associações entre a ampliação de arranjos familiares e uma série de mudanças sociais, particularmente a inclusão das mulheres na força de trabalho, que permitiu a elas uma crescente autonomia com relação aos homens. Os autores afirmam, então, que vários modelos de família estão atualmente no processo de tornarem-se aceitos e serem considerados válidos. A partir de uma perspectiva construcionista social, a linguagem é vista como performativa. Isso significa que descrever as coisas não é um processo passivo e representativo, mas, ao invés disso, uma ação ativa no mundo. Portanto, estas variadas formas de família podem ilustrar “múltiplas definições mutantes” do conceito de família e sustentam a ideia de que “a noção do que é uma família continua a mudar drasticamente para incluir uma rica e cada vez maior variedade de unidades familiares” (Anderson, 1997, p. 81). Então, não é apenas o fato de as unidades ou organizações familiares previamente existentes simplesmente passarem a ser reconhecidas como famílias a partir de um determinado ponto. De fato, o próprio processo de definir família de uma ou outra ma-

neira, para então reconhecer arranjos familiares específicos como se ajustando à definição, dá a alguns destes arranjos o status pragmático de *família*, ao mesmo tempo em que exclui outras organizações. Essa explicação só pode fazer sentido se pensarmos a partir de uma perspectiva situada de *o que conta como família, para quem, em que momento e a partir de quais padrões?*

Por exemplo, um Projeto de Lei bastante controverso conhecido como o “Estatuto da Família” está atualmente em discussão no Congresso Nacional Brasileiro. De acordo com esse projeto, “a entidade familiar” deve ser definida como “o núcleo social formado a partir da união de um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”*. Se um projeto retrógrado como este for aprovado, definir família desta forma significaria que, pelos padrões dos direitos legais para o governo brasileiro naquele momento, muitos arranjos familiares sequer seriam considerados “família” em primeiro lugar. Isto teria efeitos reais e sérios para as vidas de milhões de pessoas que de fato chamam a si mesmas de “famílias” a partir de definições diferentes daquelas propostas pela lei. Este argumento deverá ficar mais claro ao desenvolvermos nossa proposta neste artigo. Por ora, entretanto, enfatizemos que entender a família como uma construção social reconhece-a como um produto emergente de processos sociais, históricos e culturais em constante progresso. Essa definição também destaca as várias maneiras possíveis de se descrever família.

Considere: se, de fato, há algo que se parece com uma realidade absoluta da família – ao contrário de uma noção de sua construção social – então alguns elementos essenciais, estáveis e

imutáveis devem existir e podem ser usados para determinar o que constitui uma família. Contudo, podemos rapidamente ver que a família não foi sempre vista e entendida da mesma maneira que hoje. De fato, notamos distinções culturais em nossos entendimentos sobre o que é uma família; ela não é a mesma ao redor do mundo. Quando nos damos conta dos processos sociais envolvidos na construção e na substância das realidades que habitamos, nos preocupamos com as consequências de aceitar nossos conceitos atuais de família sem questioná-los. Como, então, uma explicação construcionista social pode nos ajudar a lidar com estas questões? Por quais meios várias realidades de família são criadas?

CONSTRUINDO REALIDADES EM PROCESSOS MICROSSOCIAIS

Vários entendimentos a respeito do conceito de família surgem a partir de diferentes perspectivas. Na academia, o campo da terapia familiar tem se interessado especificamente pelo assunto. No início, terapeutas familiares começaram trabalhando com famílias a partir de um enquadre teórico psicanalítico que deu atenção especial às interações entre membros da família e suas personalidades (Scharff & Scharff, 2003). Contudo, nos anos 1950, inspirados pelo trabalho pioneiro de Gregory Bateson e seus colegas Paul Watzlawick, Don Jackson, Janet Beavin e outros, a abordagem psicanalítica da família deu espaço para uma abordagem sistemicamente orientada. Em seu trabalho inovador sobre esquizofrenia, Bateson e seus colaboradores introduziram o que, à época, foi uma abordagem radical ao estudo da patologia. Ao invés de focar nas relações psicanalíti-

* Projeto de Lei tramitando no Congresso Nacional, disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostraintegra?codteor=1159761&filenome=PL+6583/2013, acesso em 22 de maio de 2014.

cas entre membros da família, o foco mudou para os padrões de comunicação dentro das famílias (veja Jackson, 1968a; 1968b). Aproximadamente cinquenta anos mais tarde, olhando para trás, podemos ver atualmente que mesmo essa abordagem sistêmica radical ainda utilizava conceitos situados de alguma forma em uma ideologia individualista, porque eles tendiam a observar a dinâmica dos sistemas familiares como sendo composta por partes individuais inter-relacionadas, mas ainda separadas. Entretanto, devemos admitir que este foi o início de um novo entendimento empolgante do que significa ser família.

A abordagem sistêmica, tão popular nos anos 1960 e 1970, deu espaço para o que é conhecido como uma abordagem cibernética de segunda ordem nos anos 1980 (veja Maturana & Varela, 1992; von Foerster, 1981). Aqui, proximoamente alinhado com nosso próprio argumento, o “observador” (terapeuta ou outro profissional) era reconhecido como participando da construção da família, por meio de suas perguntas, comentários e interações com a mesma. Esses terapeutas/profissionais começaram a questionar a possibilidade de conhecimento objetivo sobre o sistema familiar, argumentando que não parecia possível fazer uma distinção entre o observador e o observado (Becvar, 2003). Ao focalizar em processos de comunicação, tanto a teoria dos sistemas quanto a cibernética de segunda ordem transformaram nossos entendimentos do mundo social, deixando de entender que ele existe e espera por ser descoberto, passando a entendê-lo como um produto de nossas interações uns com os outros – não apenas interações dentro da família, mas entre família e profissionais/outros.

Enquanto essas ideias se desenvolveram, ideias do construcionismo

social estimularam uma transição em direção ao entendimento dos sistemas humanos como sistemas linguísticos a partir dos quais sentidos são construídos. Este entendimento tem consequências importantes para a maneira como a família pode ser compreendida (Anderson, 1997; Anderson e Goolishian, 1988). Em um exame retrospectivo, podemos ver uma progressão lógica de um movimento que se distanciava da visão da família como um conjunto de indivíduos (identificando, assim, os membros individuais como a unidade de análise) em direção a uma visão da interação (processos e padrões de comunicação) como o foco analítico.

Uma vez que o interesse de uma postura construcionista está nos processos de interação, nossa atenção deve ser direcionada ao que as pessoas *fazem juntas* em qualquer momento interativo. Ao focar processos interacionais, as qualidades ou atributos dos indivíduos ficam em segundo plano e os processos de comunicação tornam-se centrais. Neste caso, a investigação necessariamente tem que ser sensível aos discursos culturais e históricos nos quais as pessoas se situam (McNamee, 2010), isto é, àquelas versões mais ou menos estáveis e prevalentes do que conta como família nos grupos e sociedades dos quais somos parte. Entretanto, quando pragmaticamente escolhermos focar nossa atenção em processos microssociais de interação, podemos também destacar as maneiras como as pessoas, em ação conjunta (Shotter, 2008), criam e manejam sentidos sobre família em suas próprias atividades locais e cotidianas. Este tipo de abordagem coloca nossa atenção no *uso da linguagem* no cotidiano para a construção das versões de família que as pessoas utilizam para operar em suas vidas. Assim, chegamos à posi-

ção de que a “família” é uma realização discursivamente produzida a partir de processos interacionais.

FAMÍLIA COMO REALIZAÇÃO DISCURSIVA

Consideremos um casal homossexual hipotético. Em uma decisão recente no Brasil, o Superior Tribunal Federal concedeu a homossexuais o direito legal de casarem-se e, conseqüentemente, adquirirem o status de entidade familiar. Entretanto, podemos facilmente entender que uniões estáveis entre parceiros homossexuais não são fato histórico recente. Isto coloca uma série de perguntas:

- antes da decisão do tribunal, se ambos os parceiros de um casal homossexual viviam juntos na mesma casa por dez anos, eles eram uma família?
- se o casal vivia junto na mesma casa por um ano? Eles eram uma família?
- Considere os parceiros de um casal homossexual que namoram há quinze anos, mas vivem em casas separadas. O que os definiria como compondo uma família? O que os excluiria de ser uma?

Como discutimos anteriormente, a noção do que conta como uma família pode ser vista como construída socialmente, ao invés de uma entidade existente em si mesma e natural no mundo. Entretanto, se a família é socialmente construída, então como é possível vermos, observarmos e, mais importante, *vivermos a experiência* da família como uma entidade ou objeto existente no mundo? Em uma tentativa de responder a esta pergunta, vamos recorrer à noção construcionista de produção de sentidos. Aqui, encontramos um foco em práticas de lingua-

gem, ou seja, o que as pessoas fazem e o que este fazer produz. Novamente, somos lembrados do foco construcionista em processos interativos, e não em entidades ou objetos. No discurso dominante de hoje (Moderno), a família é uma entidade inquestionada – um objeto natural no mundo que, ainda que possivelmente variante, espera para ser estudado e descrito *como realmente é*. Contudo, para o construcionista, o intercâmbio social é um espaço privilegiado onde os participantes negociam a ordem social. Esta ordem, é claro, inclui a família.

A teoria relacional do significado (Gergen, 1997) afirma que o sentido é uma realização conjunta surgida das interações situadas onde os participantes coordenam suas ações. Isto está em contraste direto com o entendimento mais tradicional sobre o sentido como localizado dentro da mente individual e transmitido para um interlocutor por meio de uma linguagem passiva representativa. A fala de uma pessoa não tem sentido em si mesma; ao invés disso, a construção do sentido de fato se inicia com as ações suplementares tomadas por um interlocutor em potencial (isto é, quando ele responde de uma forma específica). Ao fazê-lo, a responsabilidade por qualquer sentido que emerge não é de nenhum dos participantes isolados. O sentido está nos processos de relacionamento *entre* as pessoas; não *dentro* da cabeça. Cada movimento em uma conversa, ao mesmo tempo, abre possibilidades para a produção de um novo sentido e restringe outras. No desenrolar de cada ação no processo de se relacionar, o sentido continua “a caminho”. Isto é, o sentido nunca está finalizado (Frank, 2005); ele sempre está aberto a mais suplementação. “Os sentidos estão sujeitos à contínua reconstituição por meio do domínio expansivo da

suplementação” (Gergen, 1997, p. 267) e são, portanto, realizações temporárias situadas em momentos interativos particulares. Shotter (2008) também descreve como os sentidos podem ser alcançados das formas mais imprevisíveis e não-intencionais na ação conjunta entre os interlocutores; conversas corporificadas tornam possível a produção de conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Devemos manter em mente que não há “o início” de uma interação: sempre estamos situados em um fluxo conversacional mais amplo e imersos em uma série de relacionamentos diversos. A implicação para a nossa situação neste contexto é que entendimentos localmente construídos não são, de nenhuma maneira, separados de discursos sociais mais amplos. Assim, a partir da teoria relacional do significado, podemos entender que estamos sempre imersos no universo da produção de sentido. Então, toda vez que tentamos definir família, estamos recorrendo a vocabulários socialmente produzidos, situados em tempos históricos específicos e que nos permitem produzir *versões* do que uma família *pode ser*. Assim, tentar chegar a uma definição verdadeira do que a família *essencialmente é* torna-se uma tarefa fútil sem fim possível neste contexto.

A esta altura, nos afastamos da pergunta inicial sobre o que essencialmente constitui uma família, aproximando-nos de uma pergunta diferente, qual seja, a pergunta de quais versões de família se tornam possíveis em cada conversa específica, relacionalmente contextualizada. Isto nos leva de volta ao nosso argumento inicial: família é o que as pessoas descrevem juntas como família. Entender família como uma realização discursiva é dar-se conta de que os contornos e limites do que conta ou não como um aspecto definidor da

família são construídos como conhecimento válido no processo de negociação de sentido que ocorre durante conversas, enquanto as pessoas fazem uso de diferentes discursos sociais sobre família em seu cotidiano. Portanto, o conhecimento que surge durante a conversação confere o status de *real* às versões associadas de família que são construídas. Como Anderson (1997, p. 80) colocaria: “A família é uma realidade baseada na comunicação”.

Podemos ilustrar este processo ao revisitar o exemplo anterior do casal homossexual. Suponhamos que déssemos a duas pessoas a tarefa de observar um casal homossexual em um ambiente público por aproximadamente uma hora, depois da qual elas terão que responder se as duas pessoas que observaram são uma família. Presumindo que os observadores levem sua tarefa a sério, podemos facilmente imaginar que apenas a observação não é suficiente para resolver a questão, uma vez que os dois observadores devem chegar a uma resposta colaborativamente construída. No mínimo, eles precisariam de alguns minutos de *conversa* para determinar os critérios que adotarão para responder à pergunta. Estes critérios não apenas devem satisfazer aos observadores e serem válidos para tomar uma decisão justa, mas também devem ser convincentes para as pessoas sendo observadas e para outras pessoas externas em potencial, incluindo a nós mesmos, como aqueles que fizeram a pergunta. Como os observadores poderiam chegar a uma resposta?

Como podemos ilustrar com este exemplo, qualquer resposta possível para esta pergunta aparentemente simples deveria ser negociada e construída na conversa entre as duas pessoas a quem o desafio foi colocado. É em seu processo conversacional que elas podem chegar a uma série de critérios que

descrevem o que uma família é, e que lhes permitirá decidir na sequência se aquele casal específico se enquadra na definição ou não. Assim, um conceito de família momentaneamente será alcançado durante a atividade discursiva e, então, sustentará uma resposta. É importante enfatizar o argumento de que não há critérios objetivos *em si mesmos* sobre os quais uma resposta possa ser construída. Ao invés disso, a escolha de critérios é sempre uma decisão relativa específica a cada momento interativo de linguagem em uso. Isto não significa sugerir que os discursos dominantes circulando em uma comunidade ou cultura não tenham bastante peso sobre a questão. Entretanto, para o construcionista, as formas naturalizadas de se falar sobre família apenas se mantêm inquestionadas e apenas ganham o senso de “real” ou “verdadeiro” enquanto os participantes continuam a fazer uso delas. Engajar-nos em uma análise foucaultiana (1969) localiza nosso entendimento de família em momentos históricos, culturais e locais específicos, e oferece meios pelos quais podemos começar a nos perguntar quais outros entendimentos de “família” podem ser possíveis em circunstâncias históricas, culturais e locais diferentes.

Três observações sobre este exemplo devem ser consideradas. Primeiro, trata-se apenas de um exemplo com a intenção de ilustrar os processos de produção de sentido a respeito da ideia de família. Em uma tentativa de tornar o processo claro, o exemplo descreve uma situação hipotética; o processo de produção de sentidos provavelmente não ocorreria de maneira tão explícita na vida real. Entretanto, a clareza de um exemplo simples nos permite prestar atenção a como certos recursos conversacionais são empregados em momentos particulares na conversa (McNamee, 2004). Isto

significa dizer que quaisquer sentidos sobre família alcançados durante uma dada conversa são realizações relacionais socialmente circunscritas. Assim, determinar se um casal específico é ou não uma família (como fato dado) não cabe aos observadores, nem ao casal, nem a ninguém em específico. Ao invés disso, o argumento é que qualquer resposta à pergunta “este casal é uma família?” é mais uma resposta, consistente com alguma versão particular do que uma família pode ser. Obviamente, não produzimos sentido no nada. Dependendo das posições sociais de onde diferentes indivíduos estão falando, dos contextos nos quais eles se encontram, das relações de poder das quais fazem parte e assim por diante, diferentes vozes podem ser mais fortes ou fracas, mais ou menos validadas por outros a respeito de certas questões e podem, portanto, criar descrições com mais potencial para serem comumente sustentadas do que outras.

Em segundo lugar, devemos prestar atenção à palavra “momentaneamente”, pois ela nos ajuda a lembrar que quaisquer sentidos construídos entre os dois observadores em nosso exemplo são apenas válidos para o enquadre relacional específico no qual eles se situam. Os sentidos construídos sobre família durante a tarefa estão sujeitos a transformação como resultados de uma variedade de diferenças contextuais. Por exemplo, fatores contextuais como se os observadores estão sendo assistidos ou não durante sua conversa, se eles acreditam que o casal saberá de sua resposta, se eles têm amigos ou familiares próximos que são homossexuais, se eles mesmos são homossexuais ou não, se são parceiros íntimos, etc., podem resultar em diferenças no processo de negociação e em seus resultados.

A terceira observação é pragmática. Considerar uma resposta como uma

realização momentânea de nenhuma forma a desvaloriza. De fato, as descrições relacionalmente produzidas pelos dois observadores terão impactos diretos e específicos sobre as ações das pessoas que realizaram a tarefa de tomar uma decisão sobre o casal, assim como as ações do próprio casal. Suponha que os observadores sejam os donos de uma loja na qual o casal fazia compras e que eles decidam que os dois membros do casal constituem uma família. Este casal pode ganhar o “desconto para famílias” oferecido pela loja naquela semana. Este efeito hipotético da produção de sentidos é apenas um efeito imediato e pequeno que afeta poucas pessoas. Entretanto, o mundo social é muito mais complexo do que tarefas com respostas de “sim ou não”. O que aconteceria, por exemplo, se os donos da loja decidissem que o casal era de fato uma família, mas depois o casal dissesse a eles que não se consideram uma? Quão mais complexo poderia se tornar o processo de negociação de sentido ao expandirmos o domínio da suplementação? Dando ainda mais um passo, e se considerarmos o mesmo processo como ocorrendo durante o curso da vida cotidiana, no qual não apenas a bilhões de civis se oferece a mesma tarefa (explicitamente ou não), mas também a profissionais, organizações, governos e instituições? O que podemos tomar como as implicações de entender que a família está ativamente sendo produzida durante nossas conversas?

LINGUAGEM DE FAMÍLIA EM USO: IMPLICAÇÕES

Fica em aberto a tarefa de refletir sobre as implicações de descrever família como uma realização discursiva. Se nosso argumento ficou claro, reconhe-

çemos que a descrição de família que resulta de defini-la como uma realização discursiva não é uma versão finalizada de família e suas implicações para o mundo social apenas podem ser conhecidas após estarem em movimento em contextos relacionais locais, reais e específicos. Em outras palavras, nossa explicação permanece aberta à suplementação. Ainda assim, o exercício reflexivo de considerar os efeitos de nossas descrições sobre o mundo é muito importante.

Do nosso ponto de vista, a principal implicação de adotar uma concepção discursiva de família é a possibilidade de manter uma postura aberta que nos permita entender as diferentes formas com que as pessoas descrevem suas conexões com outros e como esses relacionamentos funcionam no contexto de suas realidades situadas. Nos parágrafos a seguir, discutimos algumas das formas de enxergar a ideia de família como uma realização discursiva, acreditando que pode ser útil para o desenvolvimento de teorias psicológicas de família, pesquisa e práticas de terapia familiar.

IMPLICAÇÕES PARA TEORIZAÇÃO

Sustentar todas as descrições de família como conhecimento válido (devido a seu uso em comunidades) sugere uma mudança do entendimento de teorias psicológicas sobre família que, presume-se, retratam ou representam a essência do que família realmente é. De maneira alternativa, passamos a entender essas teorias como formas particulares de discutir e descrever famílias, desenvolvidas para atingir certos objetivos. Assim, teorias de família podem ser vistas como produtos de um fluxo conversacional acadêmico contínuo que, ao fazer afirmações so-

bre família, também são responsáveis por criar diferentes realidades para ela. Isto, por sua vez, oferece um convite aos psicólogos para reconhecer, questionar e tornar suas premissas claras ao estudarem, teorizarem e escreverem sobre família. Este convite também encoraja psicólogos a iluminarem tanto os processos por meio dos quais suas descrições e explicações se tornam possíveis, quanto as implicações que estas teorias podem ter para o mundo social (Gergen, 1997). Mais ainda, esta explicação situa teorias de família como opções discursivas, no sentido em que se tona desnecessário escolher uma explicação única, finalizada e última de família; ao invés disso, uma definição discursiva de família posiciona teorias psicológicas como “formas *potencialmente* viáveis e generativas de engajarmo-nos relacionalmente uns com os outros, bem como com nossos clientes” (McNamee, 2004, p. 236).

IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA

Podemos também imaginar as implicações que este tipo de descrição tem para a pesquisa. Em um nível, pesquisadores que compartilham a noção da família como uma realização discursiva são encorajados a refletir continuamente sobre as pressuposições que fazem sobre família e suas razões para tal. Os pesquisadores também reconhecerão que qualquer escolha em particular a respeito de uma forma específica de descrever família tem suas próprias implicações. Ao fazerem suas pesquisas, eles deveriam questionar tanto quais tipos de família estão favorecendo, quanto quais tipos são deixados de fora ou não são escutados. As respostas a estas questões estão diretamente relacionadas aos tipos de

ação social prováveis de serem facilitadas ou restringidas por qualquer conhecimento que resulte de um estudo em particular (McNamee, 2010). Em outro nível, os pesquisadores também são convidados a explorar mais profundamente as maneiras como as pessoas criam diferentes realidades a respeito da família ao trabalharem cooperativamente para produzir sentido. Os pesquisadores podem querer entender os tipos de recursos conversacionais aos quais as pessoas recorrem ao serem convidadas a conversar sobre o assunto da família; eles podem estar interessados em situar a influência dos diferentes discursos sociais na construção de descrições locais de família; e eles podem tentar entender os efeitos de entendimentos específicos de família para as vidas das pessoas. Muitas possibilidades podem ser exploradas.

IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DE TERAPIA FAMILIAR

Finalmente, podemos refletir sobre como a abordagem discursiva e relacional à definição de família apresentada nesse artigo contribui para o desenvolvimento de práticas de terapia familiar. Primeiro, uma descrição discursiva de família coloca a atenção do terapeuta no processo conversacional ocorrendo durante a sessão, pois ele se dá conta de que a conversa terapêutica é um contexto para a produção de sentidos, a partir do qual diferentes versões de família podem ser construídas. Isto também posiciona todos os participantes da conversa, incluindo o terapeuta, como responsáveis pelas versões de família criadas, porque o terapeuta também é uma parte ativa do processo de produção de sentidos por meio de suas respostas suplementares (comentários, perguntas, respos-

tas corporificadas, etc.). O profissional pode encontrar-se engajado em um tipo de conversa responsiva, uma “forma de buscar na conversa de alguém para dar a seus interlocutores oportunidades de dizer sobre e explorar mais eventos e experiências que lhes foram importantes em suas vidas” (Shotter, 2009, p. 21).

Por sua vez, isto também coloca a atenção do terapeuta em suas próprias premissas sobre família e como as mesmas têm um papel no contínuo processo de negociação de sentido. A seguir, devemos considerar quem deve ser convidado ao cenário terapêutico. Podemos imaginar que qualquer modelo abstrato de família não pode responder a essa questão. Ao contrário, a própria decisão de quem deveria ser incluído na conversa terapêutica pode ser um processo discutido por aqueles que já estão participando. Isto está proximoamente alinhado com a ideia de Anderson (2012) a respeito de que uma prática terapêutica relacionalmente responsável é sensível às diversas definições – de *self*, de problemas e de família, por exemplo – negociadas a partir de dentro do processo entre terapeuta e clientes. Em nosso caso, isso chama atenção para uma série de questões: Quem é construído como pertencendo à família com o progresso da conversa? Que tipos de descrições as pessoas na sala estão criando juntas? Alguém se sente oprimido por uma descrição dominante? Parece que alguém está sendo excluído ou ignorado? Que descrições funcionam melhor para um grupo específico de clientes em um momento específico? Os participantes podem trabalhar juntos em direção à construção de diferentes versões de sua família? Em outras palavras, uma conversa sobre o sentido de família pode ser

usada como um recurso terapêutico a partir do qual a construção de várias versões de uma família podem apontar para novas possibilidades relacionais para os clientes.

EM CONCLUSÃO

As contribuições do movimento construcionista social nos ajudam a desnaturalizar a ideia de família como uma entidade ontológica, inevitável, necessária e autocontida no mundo. Entender família como construção social tem implicações importantes para o campo da psicologia ao considerar que, se há muitas versões possíveis do que constitui uma família, ao invés de *uma única família*, podemos considerar se cada uma dessas versões é útil para certas pessoas e certos propósitos em certos momentos.

Então, de volta à nossa pergunta original, “como as pessoas de fato fazem uso de diferentes discursos sociais sobre família em suas vidas cotidianas?”, uma resposta simples pode ser: as pessoas engajam-se em processos de produção de sentido. É no processo incessante de lidar com a ideia de família; nas conversas contínuas sobre o assunto; e na coordenação fluída de ações a respeito do conceito; que diferentes sentidos de família são produzidos no curso da vida cotidiana. Quando focamos em uma microperspectiva de construção social, vemos que os discursos sobre família não são usados em suas versões completas, acadêmicas e coerentes. Ao invés disso, eles estão vivos “entre” as pessoas, enquanto elas negociam sentidos. Neste caso, discursos sociais podem ser misturados, justapostos, contraditos e modificados enquanto as pessoas fazem uso deles no cotidiano de acordo com suas

demandas específicas, pragmáticas e momentâneas da vida social. Analiticamente, queremos saber de quem são os padrões que estamos utilizando em qualquer conversa para discutir a realidade específica de família com a qual estamos lidando. Queremos criar formas significativas e úteis de caminhar juntos (Wittgenstein, 1953). Queremos ser capazes de refletir sobre as implicações de nossas descrições e, mais importante, queremos entender a que nível diversas descrições de família podem ser úteis a interesses específicos em certos momentos e quais possibilidades alternativas podem ser úteis em diferentes contextos.

Quando mudamos o foco de nosso entendimento sobre família de uma postura essencialista para uma postura construcionista, somos convidados a tomar uma postura de curiosidade para entender como as pessoas estão ativamente produzindo sentidos sobre família enquanto coordenam suas ações em conversas sobre o assunto e são responsáveis por criar diferentes versões – e realidades – de família. Cada descrição pode ser considerada como uma realização discursiva que é tanto situada quanto sustentada em um contexto relacional específico e aos quais as pessoas se referem durante o curso de suas vidas cotidianas.

Os psicólogos são assim encorajados a explorar as diferentes maneiras pelas quais as pessoas criam relacionamentos significativos umas com as outras e as maneiras como elas exploram e existem em uma variedade de maneiras possíveis de família. Esta explicação favorece uma postura comprometida para a Psicologia como disciplina, em que ela está consciente de seus efeitos na sociedade e interessada em discutir não apenas o que as famílias já são, mas também o que podem vir a ser.

REFERÊNCIAS

- Ackerman, N. W. (1958).** *The psychodynamics of family life: Diagnosis and treatment of family relationships*. New York: Basic Books.
- Anderson, H. (1997).** *Conversation, language and possibilities: A post-modern approach to therapy*. New York: Basic Books.
- Anderson, H. (2012).** Collaborative relationships and dialogic conversations: Ideas for a relationally responsive practice. *Family Process*, 51, 8-24. doi: 10.1111/j.1545-5300.2012.01385.x
- Anderson, H., & Goolishian, H. (1988).** Human systems as linguistic systems: Preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. *Family Process*, 27, 371-393. doi: 10.1111/j.1545-5300.1988.00371.x
- Becvar, D. S. (2003).** Eras of epistemology: a survey of therapy thinking and theorizing. In T. L. Sexton, G. R. Weeks, & M. S. Robbins (Eds.), *Handbook of Family Therapy: The science and practice of working with families and couples* (pp. 3-22). New York: Routledge.
- Carsten, J. (2000).** Introduction: Cultures of relatedness. In J. Carsten (Ed.), *Cultures of relatedness: New approaches to the study of kinship* (pp. 1-36). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Chatters, L. M., Taylor, R. J., & Jayakody, R. (1994).** Fictive kinship relations in black extended families. *Journal of Comparative Family Studies*, 25, 297-312.
- Doherty, W. J. (1999).** Postmodernism and Family Theory. In M. B. Sussman, S. K. Steinmetz, & G. W. Peterson, *Handbook of marriage and the family* (pp. 205-217). New York: Springer.
- Fonseca, C. (2007).** Apresentação. De família, reprodução e parentesco:

- Algumas considerações. *CADERNOS Pagu*, 29, 9-35. doi: 10.1590/S0104-83332007000200002.
- Foucault, M. (1969).** *The archaeology of knowledge*. (Trans. A. M. Sheridan Smith). London and New York: Routledge.
- Frank, A. (2005).** What is dialogical research, and why should we do it? *Qualitative Health Research*, 15, 964-974. doi: 10.1177/1049732305279078.
- Gergen, K. J. (1997).** *Realities and relationships*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gergen, M. M., & Davis, S. N. (1997).** Toward a new psychology of gender: Opening conversations. In M. M. Gergen, & S. N. Davis (Eds.), *Toward a new psychology of gender: A Reader* (pp. 1-27). New York: Routledge.
- Gulbriun, J. F., & Holstein, J. A. (1990).** *What is family?* Mountain View, CA: Mayfield Publishing Company.
- Hacking, I. (1999).** Why ask what. In I. Hacking, *The social construction of what?* (pp. 01-34). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hess, R. D., & Handel, G. (1959).** *Family worlds*. Chicago: Chicago University Press.
- Jackson, D.D. (Ed.) (1968a).** *Therapy, Communication, and Change*. Palo Alto, CA: Science and Behavior Books, Inc.
- Jackson, D.D. (Ed.) (1968b).** *Communication, family, and marriage*. Palo Alto, CA: Science and Behavior Books, Inc.
- Lloyd, S. A., Few, A. L., & Allen, K. R. (2009).** *Handbook of Feminist Family Studies*. London: SAGE Publications.
- Maturana, H., & Varela, F. (1992).** *The tree of knowledge: The biological roots of human understanding* (revised ed.). Boston: Shambhala.
- McLain, R., & Weigert, A. (1979).** Toward a phenomenological sociology of family: A pragmatic essay. In W. R. Burr, R. Hill, F. I. Nye, & I. L. Reiss (Eds.), *Contemporary theories about the family: General theories/Theoretical Orientations* (Vol. 2, pp. 160-205). New York: Free Press.
- McNamee, S. (2004).** Promiscuity in the practice of family therapy. *Journal of Family Therapy*, 26, 224-244. doi: 10.1111/j.1467-6427.2004.00280.x
- McNamee, S. (2010).** Research as social construction: Transformative Inquiry. *Health & Social Change*, 1(1), 09-19.
- Scharff, J. S., & Scharff, D. E. (2003).** Object-Relations and Psychodynamic Approaches to Couple and Family Therapy. In T. L. Sexton, G. R. Weeks, & M. S. Robbins (Eds.), *Handbook of Family Therapy: the science and practice of working with families and couples* (pp. 66-92). New York: Routledge.
- Shotter, J. (2008).** *Conversational realities revisited: Life, language, body and world*. Chagrin Falls, Ohio: Taos Institute Publications.
- Shotter, J. (2009).** Listening in a way that recognizes/realizes the world of the 'other'. *International Journal of Listening*, 23, 21-43. doi: 10.1080/10904010802591904.
- Silverstein, L. B., & Auerbach, C. F. (1999).** Deconstructing the essential father. *American Psychologist*, 54, 397-406. doi: 10.1037/0003-066X.54.6.397
- Stacey, J. (1990).** *Brave new families: Stories of domestic upheaval in late-Twentieth-Century America*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Stack, C. B. (1974).** *All our kin*. New York: Harper & Row.
- Thorne, B. (1992).** Feminism and the family: Two decades of thought. In B. Thorne, & M. Yalom (Eds.), *Rethinking the family: Some feminist questions* (pp. 3-30). Boston: Northeastern University Press.
- Thorne, B., & Yalom, M. (Eds.) (1992).** *Rethinking the family: Some femi-*

nist questions. Boston: Northeastern University Press.

Vaitsman, J. (1995). Indivíduo, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. *Dados (Rio de Janeiro)*, 38(2), 329-352.

Von Foerster, H. (1981). *Observing systems*. Seaside, CA: Intersystems Publications.

Watarai, F., & Romanelli, G. (2009). Stepfamilies among Brazilian Low-income Classes:

Relationships and Roles. *The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences*, 4(7), 235-246.

Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations* (G.E.M. Anscombe, Trans.). New York: Macmillan.